

'Spread' menor não se aplica à toda dívida

BRASÍLIA — A redução dos spreads (taxas adicionais sobre os juros básicos) não se aplicará uniformemente a todo o estoque da dívida externa do setor público. Para a dívida a vencer, a redução se aplicará a partir de janeiro de 1989. Para a dívida vencida, pública e privada, já registrada no Banco Central, a redução, de uma média de 1,6% para 0,8125%, será aplicada a partir da janeiro de 1988. A informação foi prestada pelo ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, em depoimento de cinco horas no Senado.

No seu depoimento, Maílson apresentou os pontos do acordo de renegociação da dívida externa, já aceitados com o comitê assessor dos bancos credores. O Brasil obteve, disse Maílson, o perdão dos juros de mora devidos, durante a suspensão dos pagamentos aos banqueiros, no ano passado, economizando com isso US\$ 300 milhões.

A dívida de médio e longo prazos, no valor de US\$ 67,6 bilhões, será reescalonada em 94% (US\$ 63,6 bilhões) por um período de 20 anos, até 2.007, com oito anos de carência. Os novos vencimentos serão progressivos, começando com 2% em 1995, até 10% em 2.007.

O pagamento de juros será feito semestralmente (não mais por trimestre), economizando US\$ 600 milhões em fluxo de caixa. A economia com a redução dos spreads, reprogramação dos juros e reescalonamento da dívida será de US\$ 916 milhões, no período de 1º de janeiro deste ano a 30 de junho de 1989. NO chamado "período de consolidação (de 1º de janeiro deste ano a 31 de dezembro de 1993), a economia será de US\$ 2,5 bilhões. No período de reescalonamento de 20 anos, a economia será de US\$ 4,2 bilhões.

A economia de curto prazo será parcialmente compensada pela redução do montante de refinanciamento de juros. O Brasil acertou o refinanciamento de US\$ 6,4 bilhões, dos quais US\$ 5,8 bilhões referentes ao médio prazo e US\$ 600 milhões correspondentes à restauração das linhas de curto prazo. Do refinanciamento de médio prazo, porém, devem ser abatidos US\$ 600 milhões da economia com os spreads, de modo que entrarão no país, efetivamente, US\$ 5,2 bilhões em "dinheiro novo".



Maílson: o Brasil economizou US\$ 300 milhões

Esse financiamento de US\$ 5,2 bilhões — para pagar juros já vencidos — terá prazo de 12 anos, com cinco de carência, e spread também de 0,8125% ao ano. O Brasil pagará uma "taxa de incentivo" de 3/8% aos bancos que aderirem ao acordo num prazo a ser ainda definido. Se todos aderirem, isso custará ao país US\$ 19 milhões.

As linhas de curto prazo — comerciais e interbancárias —, no valor de US\$ 15 bilhões, serão prorrogadas por dois anos e meio (antes esse prazo era de um ano). Os bancos se comprometeram a restaurar os níveis dessas linhas até a entrada em vigor do novo acordo. Também foi acertada a transferência de US\$ 600 milhões, do interbancário para as linhas comerciais, de 1988 a 1989.

Os dólares da dívida, depositados no Banco Central, poderão ser reemprestados (o chamado *relending*) ao setor público e às empresas privadas. Também o dinheiro novo poderá ser reemprestado internamente, atendidas as seguintes regras: 1) os reemprestimos ao setor privado terão tetos menores; 2) para o setor público, os reemprestimos atenderão a prioridades definidas pelo governo e só poderão ser usados para a rolagem de dívida. Os prazos serão os seguintes: 1) para o setor privado, sete anos, com quatro de carência; 2) para o setor público, em qualquer caso, doze anos, com

cinco de carência; 3) para o *dinheiro novo*, seis anos, com três de carência.

Bônus — Maílson defendeu, em seu pronunciamento, uma mudança nos padrões de financiamento da economia brasileira. Esse financiamento dependerá cada vez mais da poupança interna, disse o ministro. Quanto à volta do país ao mercado voluntário de empréstimos internacionais, Maílson previu que terá de ser feita através do processo tradicional de lançamento de bônus e, eventualmente, pela securitização (transformação em títulos) da dívida.

□ O ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, disse ontem durante seu depoimento no Senado que a moratória provocou uma perda para o país de 5,2 bilhões de dólares, entre o adiamento de contratos de empréstimos, redução dos recursos do mercado interbancário em 500 milhões de dólares e redução de outros empréstimos voluntários, além de 1,8 bilhão de dólares em fluxos negativos com o FMI e o Banco Mundial (Bird) — porque o país continuou pagando juros a estes organismos e não recebeu novos empréstimos. No total, segundo o ministro, a perda chegou a 7 bilhões de dólares, mas, como foram descontados os 4,5 bilhões de dólares não pagos aos bancos privados, a moratória deixou um saldo negativo de 2,5 bilhões de dólares.